

De escrava à empregada doméstica: o fenômeno da (in)visibilidade das mulheres negras

From Slave to Housemaid: the phenomenon of (in)visibility of black women

Marise Vicente de Paula

Universidade Estadual de Goiás
marise.vicentedepaula@gmail.com

Resumo

O presente artigo é parte das reflexões que compõem minha pesquisa de doutorado, intitulada: Sob o Manto Azul de Nossa Senhora do Rosário: mulheres e identidade de gênero na congada de Catalão/GO. Para realização da mesma, foram utilizadas pesquisas bibliográficas e de campo, com aplicação de entrevistas e questionários, apoiados nos pressupostos da história oral, além de registros fotográficos. O método de pesquisa se apoia na fenomenologia. A discussão sobre a (in) visibilidade da mulher negra foi construída nesta pesquisa, pelo fato de que a congada é uma manifestação cultural de origem étnica negra. O estudo do escravismo no Brasil busca uma abordagem que proponha uma reflexão sobre as atrocidades do cativo, o problema da diáspora, a importância do povo negro para economia e cultura no Brasil. Mas, em se tratando da situação específica da mulher negra na história do cativo, pouco tem se formulado e, quando se fala, a apelação é para a imagem erotizada da africana. Ainda nos dias atuais, as mulheres negras lutam para libertar-se do cativo secular, pois, sofrem com o preconceito devido ao seu sexo e sua etnia. Estão entre as piores taxas de remuneração no mercado de trabalho, povoam as listas do desemprego e do subemprego no Brasil e frequentemente são vítimas de violência física e psicológica. Assim sendo, é possível afirmar que o fenômeno da (in) visibilidade da mulher, além de social e intelectual, também é espacial e étnico, visto que a mulher negra e pobre torna-se ainda mais (in) visível à história e à sociedade que a branca.

Palavras-chave: mulheres negras; (in)visibilidade; espaço.

Abstract

This article is part of the reflections that make up my PhD research in progress, titled: Under the Blue Cloak Our Lady of the Rosary: women and gender identity in congada of Catalão – GO. To perform it, we resorted to literature and field searches, applying questionnaires and interviews, supported by the assumptions of oral history and photographic records. The method of research is supported by phenomenology. The discussion about the (in)visibility of black women was built on this research, due to the fact that the Congo is a cultural manifestation of black ethnic origin. The study of slavery in Brazil proposes an approach that reflects on the atrocities of captivity, the problem of the diaspora, the importance of black people in the economy and culture in Brazil. But when it comes to the specific situation of black women in the history of captivity, little has been formulated and, when the theme is approached, the appeal is to the eroticized image of the African female. Even nowadays, black women struggle to free themselves from the secular captivity, since they suffer the prejudice related to gender and ethnicity. They are among the worst rates of income in labor market, they people the unemployment and underemployment statistics in Brazil, and are often victims of physical and psychological violence. Therefore, it is clear that the phenomenon of women (in)visibility. as well as social and intellectual, is also spacial and ethnic, as the poor black woman becomes even more (in)visible to history and society than the white one.

Keywords: black women; (in)visibility; space.



Com a chegada dos portugueses ao Brasil, a população nativa, denominada de índios, foi a primeira a sofrer a dominação europeia. Por muito tempo os índios foram mortos em batalhas pela ocupação do território nacional, escravizados para serem utilizados como mão de obra nas lavouras, além de serem largamente utilizados nas primeiras tentativas de identificação de ouro e garimpagem.

A dominação europeia sobre o continente africano, neste mesmo período, facilitou que a mão de obra negra fosse introduzida como alternativa na produção açucareira no Brasil, considerando que o tráfico negreiro sempre foi um negócio extremamente lucrativo, visto que, obtinham-se negros em negociações com os reis africanos em troca de produtos baratos como cachaça e fumo, que eram vendidos a altos preços na Europa e América.

Os motivos que fizeram com que os negros fossem trazidos para o Brasil foram puramente econômicos, pois no modo de vida dos diferentes grupos de negros era comum a existência de atividades como agricultura para estoque e mineração, diferente do indígena brasileiro que, em sua maioria, era nômade e viviam de caça, pesca, coleta de frutos e agricultura de subsistência.

O processo de escravização por sua natureza é violento. Forçar um ser humano a trabalhar contra sua vontade, sem remuneração, nem qualquer direito, exige mecanismos de subjugação. Assim sendo obrigar um ser humano a trabalhar como escravo por si só já é difícil, pior ainda seria ter que lhe ensinar o trabalho, daí a vantagem de se ter negros ao invés de índios, os negros sabiam fazer o trabalho, bastava subjugar-los pela violência.

Além disso, os negros estavam muito longe de sua terra natal, não conheciam o território brasileiro, o que lhes dificultava qualquer tentativa de fuga. Neste aspecto, os índios levavam vantagem estabelecendo fugas constantemente.

Este fato fez que, por muito tempo, historiadores, justificassem a inserção do negro como mão de obra em substituição ao índio no Brasil pela natureza pacífica do negro em se deixar escravizar e o espírito livre e lutador do índio em resistir à escravidão. Grande e grave equívoco, que custou ao negro mais um estereótipo.

O que acontecia era que além de não conhecer o território brasileiro, os negros trazidos da África falavam variadas línguas e vinham de diferentes regiões, algumas tribos, que conviviam em lugares comuns no Brasil, eram inimigas a gerações, se entender, conhecer o território, articular e realizar uma fuga nestas circunstâncias, não era tarefa fácil.

Apesar disso, os negros nunca foram pacíficos

diante da servidão, os dados atuais, que mostram a quantidade de quilombos, existentes no território nacional comprovam isso. De acordo com Anjos e Cypriano (2006) foram registrados 2842 territórios quilombolas no Brasil em 2006. No entanto, este número pode ser ainda maior, pois existem comunidades quilombolas ainda não mapeadas, outras que não se reconhecem como quilombolas ou permanecem isoladas.

Os descendentes das vítimas da escravidão até hoje não conseguiram se livrar dessa carga discriminatória e sofrem os efeitos dessa suposta inferioridade. Foram séculos de uma prisão física, moral e psicológica sob esses homens e mulheres que, vitimados pela dominação europeia, não encontraram seu verdadeiro espaço num mundo em constante mutação, pois a marca da dominação ainda se fez presente em forma de racismo.

A temática escravidão no Brasil, recente que é, busca uma discussão que narre as atrocidades do cativo, o problema da diáspora, a importância desse povo para economia e cultura no Brasil. Mas, em se tratando da situação específica da mulher negra na história do cativo, pouco tem se formulado e, quando se fala, a apelação é para a imagem erotizada da africana que muito caro tem custado à mulher negra na sociedade contemporânea. Sendo assim, detectamos nesta pesquisa um dos primeiros focos de invisibilidade feminina na história, a da mulher negra e escrava.

A (in)visibilidade das mulheres negras

No artigo de Castro (1999), 'Também Mulher, Imagem de Deus', é estabelecida uma discussão acerca das imagens negativas impostas sobre a mulher e o negro na história do Brasil. Em relação à mulher negra, a autora detecta um componente a mais do que os visualizados em relação ao homem, que é o da imagem concebida pelos atributos corporais: exuberância e sensualidade. No período da escravidão estes atributos eram exigidos pelo mercado comprador de escravos e hoje são exaltados no estereótipo das 'mulatas tipo exportação' que figuram em espetáculos musicais de casas noturnas, em grupos folclóricos e folhetos de propaganda de órgãos governamentais e empresas de turismo.

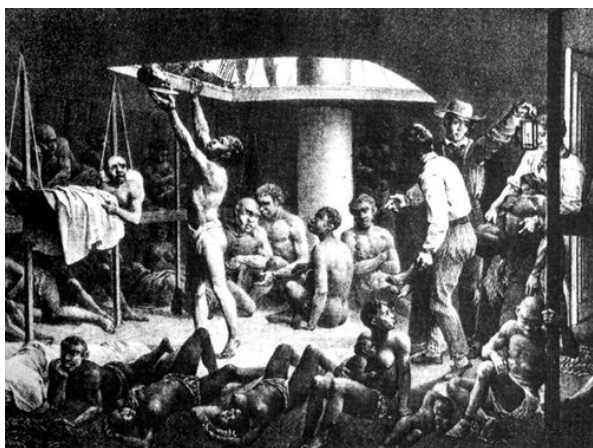
Apesar de o Brasil ser reconhecido mundialmente devido ao carnaval (representado pelas mulatas) e o futebol, o apelo sexual imposto sobre a mulher negra no Brasil tem um passado e um presente dolorosos. No passado, pelos horrores da escravidão e no presente, pelo ranço do racismo.

De escrava à empregada doméstica: o fenômeno da (in)visibilidade das mulheres negras

Em relação à (in)visibilidade da mulher no período escravista no Brasil, o primeiro momento de reflexão estabelecido pode ser o tráfico negreiro, que ocorria em larga escala na Europa e nas Américas. Pouco se tem escrito a respeito de mulheres neste período. O que se sabe é que os negros, após serem capturados pelos europeus com a ajuda de tribos inimigas que estabeleciam alianças comerciais com determinadas nações, no território africano, eram amontoados em navios e transportados para, entre outras localidades, o Brasil.

O transporte era precário e muitos negros morriam nessa viagem. Contudo, esta situação por muito tempo foi amenizada no imaginário da sociedade como mostra a famosa gravura, 'Negros no porão', de Johann Moritz Rugendas (1835), que imortalizou no imaginário mundial o local do navio onde os negros viajavam até seu destino. Podemos visualizar nesta figura (Fig. 1), negros espalhados pelo chão, com espaço razoável, sem correntes, alguns em pé, outros deitados e sentados.

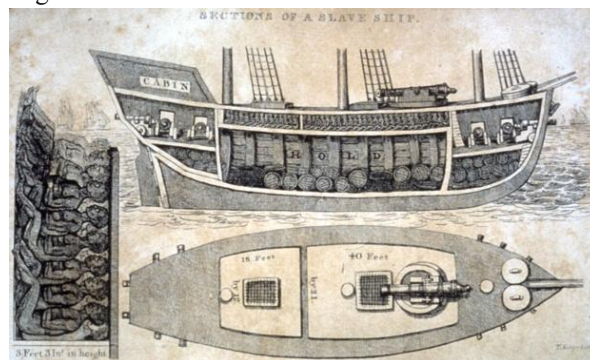
Figura 1. Negros no porão (RUGENDAS, 1835)



De acordo com Rambelli (2008), as condições reais de transporte em um Navio Negreiro eram as piores possíveis, os navios que transportavam escravos em sua maioria eram navios velhos, normalmente adaptados a esse tipo de carga (humana). Para tanto, os navios eram divididos em três partes: 1 – o porão, para o armazenamento da água e dos alimentos; 2 – a falsa coberta, para a carga humana (os escravos negros africanos); e 3 – a coberta, para a tripulação (Fig. 2). Na parte que cabia aos escravos, estes vinham deitados um do lado do outro para economizar espaço (fig. 2), visto que, quanto mais pessoas fossem trazidas, maiores os lucros na venda. Os escravos eram separados por sexo e por idade, a fim de organizar melhor a carga. Um navio com aproximadamente 30

metros de comprimento e 8 metros de largura, transportava cerca de 600 pessoas.

Figura 2. Desenho Esquemático de um Navio Negreiro



Fonte: Disponível em: < <http://bndigital.bn.br/...> >

Apesar de serem breves os relatos acerca das negras, elas também povoavam os navios negreiros, vinham em menor número porque seu valor de mercado era menor que o do homem negro. Segundo Versiane e Vergolino (2002), o preço das escravas geralmente era cerca de 10% inferior ao dos escravos, mas mesmo assim, sua força de trabalho era empregada nas lavouras e no serviço doméstico. Devido às características físicas específicas do organismo feminino representavam o maior número de mortalidade já na viagem, sendo também vítimas de violências sexuais por parte dos marinheiros e de suicídios.

No Brasil, por serem consideradas não humanas e propriedade privada, já que eram adquiridas através de compra, as negras eram tidas como sexualmente disponíveis, também pela diferença cultural no comportamento e no vestuário em relação às mulheres ocidentais. A mulher negra era submetida a diversos tipos de violência: física, sexual, psicológica, entre outras.

[...] a violência sexual perpetrada pelos senhores de escravos, seus familiares e agregados contra as mulheres negras, os estupros eram considerados naturais, já que escravas não eram donas de seus corpos, além das lesões corporais do tronco e do pelourinho. (BRITO, 1997 p. 5).

A escrava de prazeres sexuais, com notável poder de volúpia e sedução, simbolizada na lendária 'Xica da Silva', personagem levada para o cinema pelo filme do mesmo nome, de Cacá Diegues, com grande sucesso de bilheteria, expressa bem essa realidade épica.

Marise Vicente de Paula

No filme, também produzido nos anos 80, Xica da Silva é apresentada pela elegância das formas esguias da atriz negra Zezé Mota como a 'heroína-sexo' do tempo da escravidão no Brasil, ou seja, o símbolo da exageração da lascívia, o que lhe valia todo o formalismo punitivo da sociedade àquela época. Mesmo assim, consegue fama e fortuna vivendo em Vila Rica, cidade de Minas Gerais do século XVIII. Seu desempenho chega às raias da ninfomania, extrapolando uma concepção racista e de falsa moral burguesa sobre a mulher negra africana, que, sem o ensinamento do cristianismo, desconhece, a priori, a noção do "pecado original" e não sente vergonha de mostrar o corpo nem exibir a sua sexualidade, num desprendimento que a tornava presa fácil do apelo sexual provocado pela sua nudez ante os olhos do colonizador europeu. (CASTRO, 1999, p. 3).

A concepção de ser não cristianizado e não civilizado imposta sobre os escravos negros, onde a diferenciação cultural da mulher europeia e a as senhoras de escravos brasileiras que repetiam esse modelo, de ser puro e angelical, assexuada, submissa, recatada, que mantinha seu corpo coberto por fartas camadas de tecido, apesar do clima tropical, foi muito utilizada para justificar os abusos sexuais cometidos contra as negras escravas no Brasil colônia. Se bem que, no período colonial, a figura do senhor de escravos exercia um poder quase que sobre-humano na sociedade, como afirma Freyre (2002, p. 390):

A força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres. Suas casas representavam bem esse imenso poderio feudal. Feias e fortes. Paredes grossas. Alicerces profundos. Óleo de baleia. Há uma tradição nortista que um senhor de engenho mais ansioso por perpetuidade não se conteve e mandou matar dois escravos e enterrá-los nos alicerces da casa. O suor e às vezes o sangue dos negros foi o óleo que, mais do que a baleia ajudou a dar alicerce às casas-grandes.

Como se não bastasse o sofrimento e os abusos, as negras tinham que suportar a ira das senhoras, esposas dos donos de escravos, visto que muitos desses abusos

acometidos contra as negras escravas aconteciam dentro de seus lares, onde havia muitas negras que trabalhavam no serviço doméstico. Ao perceberem o envolvimento de seus maridos com as negras, que em muitas ocasiões geraram mulatos bastardos, as senhoras torturavam as escravas com perversos castigos, para vingar o adultério que jamais poderia ser discutido com seu marido e senhor. As senhoras utilizavam de um poder mudo, porém enérgico no interior dos lares.

Não são dois nem três casos de crueldade de senhoras de engenho contra escravos inermes. Sinhás-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença dos maridos, à hora da sobremesa, dentro da compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos; ou mandava-lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas. (FREYRE, 2002, p. 392-393).

Além das traições, a exuberância da beleza negra, a liberdade de expressão, a essência da raça que era responsável pelo fascínio dos homens sobre as escravas, também era responsável pelo ciúme das mulheres brancas, que desforravam todo seu ódio e melancolia, de uma vida submissa e fútil, nas escravas que não tinham mecanismos de defesa contra estes ataques.

Outra imagem construída da mulher negra, de acordo com Castro (1999) é a oriunda da mãe preta, que interpretava o papel de dublê da senhora de escravos na criação das crianças brancas, porém sem visibilidade e sem autonomia, dava amor e cuidados sem direito a recíproca. Vista como 'bem de uso' no mundo dos brancos pelo aconchego de corpulência e seios fartos de uma maternidade bem sucedida que determinaria a sua escolha para os cuidados e a amamentação dos filhos herdeiros da família colonial no Brasil.

Essa imagem da mãe preta contribuiu para difusão de um mito muito conhecido na sociedade brasileira acerca do negro, que é a passividade que contribui imensamente para o necessário processo de civilização deste, que somente a escravidão seria capaz de ocasionar. Muito se falava em relatos históricos sobre a passividade do negro ante o cativo e a imagem da mulher maternal, doce e submissa, passa a veicular a materialização do processo de civilização que o branco impôs sobre o negro, buscando gerar uma

imagem positiva do cativo. Além disso, as mães pretas, normalmente, eram senhoras de mais idade, que já haviam procriado muitos filhos e serviam de ama de leite e pajem das crianças brancas, tinham seu corpo mais coberto que as escravas jovens e tinha o peso dos anos de cativo que modificava a imagem sexualizada fortemente veiculada às escravas jovens.

Assim como a mulher branca do Brasil colonial exercia um poder doméstico, disfarçado de submissão, onde orquestrava todos os atos internos e até mesmo externos das casas grandes, com vigor e sutileza, a mãe de leite também exercia uma influência socializadora em família, incorporando-se à vida cotidiana do colonizador, fazendo parte de situações realmente vividas e interferindo no comportamento da criança através de seu processo de socialização linguística e de determinados mecanismos de natureza psicossocial e dinâmica.

Entre eles, o 'dengo' devotado ao 'caçula', alimentado no aconchego do emalo do seu canto de acalanto pelos componentes simbólicos do seu universo cultural e emocional (entes fantásticos, expressões de afeto), que tem como testemunho vivo o ditado popular 'o caçula é o dengo da família', da voz africana de quem o criou. (CASTRO, 1999, p. 3).

Isto mostra que os escravos (as), não eram passivos, o que acontecia era um domínio que os mecanismos do cativo exerciam sobre eles, visto que eram trancafiados em senzalas, ou viviam sob vigilância nas casas grandes, não conheciam o território nacional o que dificultava as fugas e eram açoitados e torturados caso infringissem alguma regra ou ordem dada pelos senhores.

Porém, a equivocada ideia da democracia racial, aliada ao mito da passividade difundiram ao longo da história pensamentos distorcidos acerca do negro como os expressos do Freyre (2002, p. 54):

Mas esse sadismo de senhor e o correspondente masoquismo de escravo, excedendo a esfera da vida sexual doméstica, tem-se feito sentir, através da nossa formação, em campo mais largo: social e político. Cremos surpreendê-los em nossa vida política, onde o mandonismo tem sempre encontrado vítimas em quem exercer-se com requintes às vezes sádicos; certas vezes deixando até nostalgias logo transformadas em cultos cívicos, como do chamado 'marechal de ferro'.

Sendo assim, não havia uma passividade por parte das mulheres em relação aos estupros e castigos, mas sim mecanismos de sobrevivência ao cativo. Todavia, isto não impediu que as marcas culturais dos escravos prevalecessem, tanto na fala, quanto no vestuário ou na culinária e isto por si só denota uma forma de demonstração de poder por parte do negro mesmo em estado de cativo, o que nega qualquer expressão de passividade.

Na contemporaneidade a mulher negra ainda luta para libertar-se do cativo secular, pois mulheres negras sofrem preconceito devido ao seu sexo e sua raça. Estão entre as piores taxas de remuneração no mercado de trabalho, povoam as listas do desemprego e do subemprego no Brasil e frequentemente são vítimas de violência física e psicológica (RIBEIRO, 2004).

Para Ratts (2003), as relações raciais e de gênero têm uma nítida dimensão espacial, sendo que essas categorias são construções sociais e a inter-relação entre elas se reconstitui em diferentes processos históricos.

Dizendo de outra maneira, os espaços privados e públicos são vividos diferencial e desigualmente por homens e mulheres, qualificando uns de masculinos e outros de femininos, e por negros e brancos. Na sociedade brasileira algumas dessas distinções não são exclusivas, o que não quer dizer que não existam. (RATTS, 2003, p. 1).

Na sociedade brasileira, de passado escravista, a correlação entre gênero e raça provocou o que Sueli Carneiro (2003) denomina de subalternização do gênero segundo a raça:

As imagens de gênero que se estabelecem a partir do trabalho enrudecido, da degradação da sexualidade e da marginalização social, irão reproduzir até os dias de hoje a desvalorização social, estética e cultural das mulheres negras e a supervalorização no imaginário social das mulheres brancas, bem como a desvalorização dos homens negros em relação aos homens brancos. Isso resulta na concepção de mulheres e homens negros enquanto gêneros subalternizados, onde nem a marca biológica feminina é capaz de promover a mulher negra à condição plena de mulher e tampouco a condição biológica masculina se mostra suficiente para alçar os homens negros à plena condição masculina,

tal como instituída pela cultura hegemônica. (RATTS, 2003, p. 4).

Assim, no Brasil, essa subalternização do gênero implica em uma hierarquia racial e de gênero que de acordo com Ratts (2003 p. 4) estabelece-se da seguinte forma: “em primeiro lugar situa-se o homem branco; em segundo, a mulher branca; em terceiro, o homem negro; e, por último, a mulher negra”.

Esta hierarquia fica clara na análise dos dados socioeconômicos do negro no Brasil. De acordo com os dados do IPEA publicados em 2002, os negros, que de acordo com os dados do IBGE e IPEA são o somatório dos pretos e pardos, representam, em 1999, 45% da população brasileira. Entre os 53 milhões de pobres, os negros correspondem a 64% do total e a 69% da população de indigentes. Desta forma, as pessoas negras povoam a maioria entre os excluídos no Brasil.

Neste contexto, constata-se que as mulheres negras são mais frequentemente submetidas a ocupações precárias que as demais. Por exemplo, o serviço doméstico, que é a maior área profissional feminina do país, ocupando aproximadamente 4,6 milhões de mulheres em um total de cinco milhões de trabalhadoras em 2000, 71% desta mão de obra é composta por mulheres negras (RIBEIRO, 2004).

De acordo com os dados da pesquisa nacional sobre mulheres, realizada pela Fundação Perseu Abramo. Das 2.502 mulheres a partir de 15 anos de idade pesquisadas, nas cinco grandes regiões do Brasil, 18% não possuem segundo grau completo, mulheres com ascendência negra atingem 24% desta média. Das mulheres entrevistadas entre as de ascendência negra, 82% não estudaram ou chegaram apenas ao ensino fundamental (RIBEIRO, 2004).

Esse dado justifica a má colocação da mulher negra no mercado de trabalho e reafirma o processo de subalternização deste gênero segundo uma dimensão espacial, demonstrando que existem espaços sociais como a escola, os escritórios, os bancos, hospitais e outros mais que rejeitam a presença do negro em especial da mulher negra, historicamente vítima de preconceito no Brasil.

Assim sendo, é possível afirmar que o fenômeno da (in)visibilidade da mulher, além de social e intelectual, também é espacial e étnico, visto que a mulher negra e pobre torna-se ainda mais (in)visível à história e à sociedade que a branca.

Considerações finais

A tese da invisibilidade da mulher enquanto fenômeno social e intelectual é uma preocupação

contemporânea defendida por vários pesquisadores da categoria gênero, como DUBY e Perrot (1990), Toscano e Goldenberg (1992), Matos (1995), Perrot (1998, 2005, 2007), Del Priore (2004), Pedersen (2006), entre outros.

Estes pesquisadores demonstram que ao longo da história somente os grandes feitos masculinos eram notados. Que as mulheres foram relegadas a uma posição subalterna, em relação aos homens, que praticamente as apagaram dos registros históricos, dos monumentos das ruas, das homenagens públicas, demonstrando que a (in)visibilidade feminina também é espacial. Além disso, há de se considerar que o espaço também é sexuado e etnicamente dividido, havendo lugares específicos para homens e mulheres, brancos e negros. Uma perspectiva importante dessa constatação espacial das relações de gênero, esta pautada na discussão acerca dos espaços públicos e privados.

Santos (2004, p. 150) procura definir espaço, considerando que esse esforço é bastante complexo. Para ilustrar essa complexidade, cita Santo Agostinho em uma passagem sobre o tempo, na qual diz: “se me perguntam se sei o que é, digo que sim, mas se me pedem para defini-lo, respondo que não sei.” Assim seria definir espaço?

Para o senso comum, a noção de espaço está relacionada a uma série de situações, como localização de um objeto, sinônimo de território de uma nação, da crosta terrestre, entre outros.

De acordo com Massey (2008), uma ideia inicial sobre espaço, a muito considerada, é a de espaço como superfície dada, ou seja, superfície que contém naturalmente diversos fenômenos. Essa abordagem, intencionalmente, não considera a história, nem tão pouco a política que envolve o desenvolvimento da vida das pessoas e suas peculiaridades, fazendo com que lugares, povos e culturas sejam vistos como simples fenômenos passíveis de descrição e que o espaço seja considerado apenas como palco inerte da vida humana.

Definir o espaço geográfico implica em definir o espaço da humanidade, que é composto por múltiplas situações e contextos formulados por agentes históricos e sociais, daí a dificuldade de precisão na tentativa de homogeneização do que é múltiplo e dinâmico.

Será, justamente, nesta direção que Massey (2008) irá abordar a categoria geográfica espaço em uma perspectiva pós-estruturalista, ou seja, pensar um espaço além das fronteiras materiais, onde lembranças, gostos e odores, configurem um espaço menos material e mais subjetivo, cultural, diverso e fluido. Esta concepção, entretanto, não dispensa as relações

da vida material e prática, é no espaço que as relações comerciais, o mundo do trabalho, do capital e da política se desenvolvem, porém de forma maior e diversa que as concepções fechadas, que os estruturalistas propunham a essa categoria.

Considerando que a sociedade é composta por uma imensa diversidade de elementos do humano, referente à cultura, gênero, sexualidade, etnia e modos de vida, Ratts (2003) afirma que o espaço é de natureza social, por isso é diverso, hierarquizado e sexuado. Desta forma, existem lugares que, cultural e historicamente, são estabelecidos como adequados ou não para homens, mulheres, homossexuais, negros, brancos, e entre outros grupos e seguimentos sociais.

Vários pesquisadores da categoria gênero, como Duby e Perrot (1990), McDowell (1990), Massey (1994), Matos (1995), Perrot (1998), D'Incao (2004), Silva (2005), entre outros, defendem a ideia de associação da circulação dos gêneros feminino e masculino aos espaços privados e públicos enquanto forma de controle do território e da identidade. Mesmo considerando que a mulher, desde a Primeira Revolução Industrial europeia que data de meados do século XVIII, frequente o espaço público no mundo do trabalho e lazer, essa circulação do gênero feminino passa por restrições de locais, horários e atividades culturalmente estabelecidos.

Ainda nos dias atuais, mesmo após as mulheres terem conquistado uma revolução social, econômica e política, que em hipótese alguma é plena, as restrições ao espaço público ainda existem e sua transgressão pesa aos olhos das mentes sexistas.

Nesta perspectiva, o espaço público é, intimamente, ligado a produção do espaço urbano, tema amplamente estudado pelos pesquisadores de orientação materialista histórico dialética, como Lefebvre, (1980, 1991, 1995, 2006) e Harvey (2006a, 2006b).

De acordo com Harvey (2006a), na concepção materialista histórico-dialética o espaço é um produto social e, como tal, envolve as contradições da sociedade. Nesta perspectiva, o espaço é consumido, como quando se adquire um lote ou se paga ingresso para apreciar animais no zoológico. Essas simples ações, entretanto, são imbuídas de contradições socioeconômicas ditadas pelo capital, pois o acesso ao consumo do espaço é restrito ao poder aquisitivo de cada um, das simples ações às mais sofisticadas no campo do consumo, do lazer, da política, da economia, da vida cotidiana em si.

A vida cotidiana moderna se resume a atos programados para a produção e consumo, o que Lefebvre (1980, p. 47) chama de “sociedade burocrática de consumo dirigido.” Esses espaços

produzidos dentro da lógica capitalista primam pela padronização e o individualismo, formando espaços abstratos caracterizados pela estética e pela imagem. O espaço abstrato, todavia, não destrói as contradições da realidade prática, na verdade ele abriga novos conflitos próprios da lógica econômica e política que os configura.

Das contradições do espaço real e do abstrato surge o espaço das diferenças, fragmentado e conflituoso, resultado da resposta da sociedade local à ordem distante – abstrata, à ordem próxima – real, que exprime a individualidade e a diversidade que não são suprimidas pela homogeneização imposta pelo capital. Para Lefebvre (2006), a representação do espaço, quando incorpora a experiência imediata e sensível, reprime a estagnação e homogeneidade artificial do conceito de espaço. Desta forma, de acordo com Harvey (2006b), a análise dialética do espaço consiste em pensá-lo enquanto mercadoria, sendo que esta abstração ocorre em escala mundial a partir do consumo do espaço. Nesta perspectiva, homens e mulheres consomem o espaço. Isto ocorre de maneiras distintas pelas contradições que são próprias do sistema capitalista, responsável pela forma de configuração da produção social do espaço.

Nesta concepção, Lefebvre (2006) define três diferentes momentos na produção social do espaço: o espaço concebido, o espaço vivido e o espaço percebido. O espaço concebido é o abstrato, caracterizado pela hierarquização, a imobilidade e a distância do real. Provém de um saber ideológico e técnico, cujas representações do espaço primam pela ideia de produto. O espaço percebido é uma intermediação entre a ordem distante e a próxima, representando a lógica de percepção da produção e da reprodução social. O espaço vivido, por sua vez, representa as diferenças em relação ao modo de vida programado. É a produção do espaço no processo de reprodução social. Assim sendo, os espaços apresentados estão interligados e em muitas situações estão contidos um no outro.

Para Lefebvre (2006), o espaço traduz um conjunto de diferenças. É o lócus da existência da pluralidade e da simultaneidade de padrões de maneiras de viver a vida urbana. Entretanto, também é o local dos conflitos, de classe e entre as classes. Desta forma, o espaço contém e está contido nas relações sociais, logo o real é, historicamente, construído, tendo como representação mental o urbano e a cidade como principal expressão material desta representação, que é subdividida em diversos setores, inclusive o público e o privado, os quais nos interessam neste momento.

Desta forma, o espaço público, que se desenvolve, principalmente, no urbano, é o local do

desenvolvimento da vida cotidiana das pessoas, produzido pela lógica do capital responsável pelos moldes de produção e reprodução do espaço. Este é o mundo da circulação e do trabalho, que por muito tempo esteve vinculado apenas à presença do masculino. Para Matos (1995), o espaço público corresponde à multidão, o perigo, estranhamento, indiferença, circulação, enquanto que o privado – o lar representa o refúgio seguro. Daí a atribuição ao homem, enquanto provedor e soberano, de frequentar o espaço público e a mulher de ser a que cuida do lar com toda sua dependência e subalternidade. Esta foi a concepção de espaço público e privado em relação aos gêneros masculino e feminino vigente até meados do século XX. Nesta perspectiva Massey (1994) aponta para uma construção da identidade feminina como um componente do lar, a âncora que segura à família, a que alimenta e fornece as condições de manutenção da vida cotidiana. Neste sentido, a formação da identidade feminina esta intimamente ligada com a noção de casa lugar.

Perrot (1998), em sua obra “Mulheres públicas”, considera que o nome de seu livro, em determinado contexto, pode ser interpretado como uma obra sobre prostituição, tal a resistência existente em relação à circulação de mulheres pelos espaços públicos neste período histórico.

No século XX, após a revolução feminista, a qual resultou em várias conquistas sociais, políticas e econômicas, as mulheres passaram a marcar e qualificar a sua presença no espaço público com mais liberdade. Contudo, dois pontos devem ser considerados nesta situação: primeiro, que mesmo após as conquistas trabalhistas, que não são plenas, as mulheres ainda não se desvincularam de suas atribuições do privado, pois em sua maioria exercem duplas jornadas, cuidando do trabalho formal no espaço público e das atribuições, culturalmente, instituídas ao gênero feminino pela sociedade sexista, como cuidar dos afazeres domésticos, da educação e das necessidades dos filhos, das necessidades do marido, no espaço privado. A Segunda, ressalva é que, as mulheres têm liberdade de circular no público, mas ainda na contemporaneidade há restrições, pois existem espaços ainda tidos como masculinos¹, que ao serem frequentados por mulheres, significa no subconsciente sexista uma espécie de transgressão.

Essa ideia da presença e da frequência do gênero feminino no espaço mostra que tanto a concepção materialista histórico dialética é pertinente na análise ora proposta, quanto à culturalista vinculada à orientação humanística do pensamento geográfico, visto que as mulheres mantêm uma frequência ao espaço público, por ser um elemento constituinte da

força de trabalho necessária à produção e reprodução do capital, que é um fator de produção do espaço urbano. Entretanto, esta frequência tem limites e espacialidades de cunho sexista, o que denota uma subjetividade ao espaço que não é instituída por uma lei material, mas cultural de permanência do feminino no espaço. Neste sentido, o espaço é fluido e múltiplo, não é fechado em um sistema acabado. É feito de contradições sociais e econômicas, porém possui signos subjetivos, como códigos de conduta que são culturais, isso que o torna ainda mais complexo e sem limites materiais definitivos².

Desta maneira, analisar a espacialização das relações de gênero requer beber na fonte das duas escolas mencionadas, a fim de refletir sobre a complexa relação dos gêneros no espaço e seu papel na produção e reprodução do mesmo.

Esse exercício teórico, pouco apareceu nas análises geográficas contemporâneas, onde o estudo de gênero se vê ainda embrionário. Daí a necessidade de uma reflexão acerca do gênero na análise geográfica, a fim de compreender a espacialização desta importante categoria de análise.

Contudo, é preciso destacar que a reflexão sobre a (in)visibilidade feminina não aponta para a inexistência das mulheres na história, sim elas sempre existiram, mas não foram devidamente reconhecidas e mencionadas, assim, não basta apenas existir é preciso viver e viver plenamente, com direito de ir e vir, de expressão, de ser um sujeito da história, e isso, foi por muito tempo negado às mulheres.

Será apenas na década de 1970, que representa um período histórico mundial de abertura política e de crescimento dos movimentos militantes, inclusive o feminista e o movimento negro, que as mulheres passam a ocupar espaços maiores na academia como sujeitos e pesquisadoras, possibilitando assim o crescimento das pesquisas sobre gênero nas várias vertentes das ciências sociais, sendo esta tendência responsável por vários avanços para condição feminina, seja no mundo do trabalho, na sociedade e na vida privada. Mas, para atingir uma justiça social e cidadania plena, as mulheres, dos vários seguimentos sociais e étnicos que compõe os diversos feminismos, ainda tem muito a romper, principalmente as de etnia negra que, na atualidade, povoam os piores índices de desenvolvimento humano no Brasil.

¹ Pequenos bares da periferia de frequência noturna, oficinas mecânicas, estádios de futebol, pescaria, entre outros.

De escrava à empregada doméstica: o fenômeno da (in)visibilidade das mulheres negras

² É importante ressaltar que, não pretendi fazer uma leitura da categoria espaço, a partir das vertentes geográficas.

Referências

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo; CYPRIANO, André. **Quilombolas: tradição e cultura da resistência**. São Paulo: Aori Comunicações, 2006.

BRITO, Benilda Regina Paiva. **Sociedade: mulher, negra e pobre - a tripla discriminação**. 1997. p. s/p. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules>. Acesso em: 22 agosto 2008

CASTRO, Yeda Pessoa de. Também Mulher, imagem de Deus. In: QUINTAS, Fátima (Org.). **Mulher negra: preconceito, sexualidade e imaginário**. Recife: NPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, 1999. p. 1-9. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/castro.rtf>>. Acesso em 24 agosto 2008

DEL PRIORI, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DUBY, Georges; PERROT, Michele. **História das Mulheres no Ocidente**. Vol. 2. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORI, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. P. 223 – 240.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 30. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.

HARVEY, David. **Espaços da esperança**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006a.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006b.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do espaço**. Tradução: Grupo “As (im) possibilidades do urbano na Metrópoli Contemporânea. Do núcleo de Geografia Urbana da UFMG do original (La production de l'espace. Paris: Ed anthropos, 2000). Primeira Versão Fev. 2006. (no prelo).

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1980.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.

MCDOWELL, Linda. **Gender, Identity & Place: understanding feminist geographies**. Minneapolis: Blackwell Publishers Ltd, 1999.

MASSEY, Dorren. **Pelo Espaço: Uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MATOS, Maria Izilda Magalhães de. Do público ao Privado: redefinindo espaços e atividades femininas (1890 – 1930). **Cadernos Pagu**, v.4, 1995. p. 97 – 115.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Mulheres Publicas**. São Paulo: editora da UNESP, 1998.

PERROT, Michelle. **As Mulheres ou os Silêncios da História**. Bauru: EDUSC, 2005

PEDERSEN, Jean Elizabeth. Política Sexual em Comte e Durkhem: feminismo, história e tradição sociológica francesa. **Revista de Estudos da Religião**. n. 1, p. 186 – 218, 2006.

RAMBELLI, Gilson. Tráfico e Navios Negreiros: contribuição da arqueologia náutica e subaquática. **Revista Navigator**. v.2 n.4, p. 59-72 Disponível em: http://www.revistanavigator.net/navig4/art/N4_art4.pdf. Acesso em: 26 agosto 2008

RATTS, Alecsandro J. P. Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras. In 27º. ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 2003, Caxambu. **Anais...** Caxambu, Minas Gerais, 18p.

RIBEIRO, Matilde. Relações Raciais nas Pesquisas e nos Processos Sociais: em busca de visibilidade para as mulheres negras. In: VENTURI, Gustavo Et al. (Org.). **A mulher brasileira nos espaços público e**

Marise Vicente de Paula

De escrava à empregada doméstica: o fenômeno da (in)visibilidade das mulheres negras

privado. 1 ed. São Paulo: editora da Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica a Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: EDUSP, 2004.

SILVA, Joseli Maria. Análise do Espaço sob a Perspectiva do Gênero: um desafio para a geografia cultural brasileira. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia**: sobre cultura e espaço. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2005. 173 – 189 p.

TOSCANO, Moema; GOLDENBERG Mirian. **A Revolução das Mulheres**: um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Renavan, 1992.

VERSIANE, Flávio; VERGOLINO, José Raimundo. Oliveira. Preços de Escravos em Pernambuco no Século XIX. In: Encontro Nacional de Economia da ANPEC. **Anais...** Brasília, out. 2002.

Recebido em: 15 de dezembro de 2011.
Aceito em: 20 de março de 2012.

Marise Vicente de Paula